

Ação pessoal do jornalista na gênese das pautas

Patrícia Rocha

Resumo

O texto discute a capacidade de intervenção dos jornalistas na definição do grau de noticiabilidade de matérias não-factuais. A análise apresenta possíveis limitações dos estudos sobre noticiabilidade, focados no acontecimento como elemento basilar do jornalismo, e traz um breve levantamento que demonstra como a ação pessoal dos jornalistas pode influenciar a construção de pautas atemporais.

Palavras-chave

Noticiabilidade, ação pessoal do jornalista, jornalismo atemporal, reportagens de comportamento

Abstract

This article analyses the journalist's ability to interfere in the newsworthiness of timeless issues. The analysis presents limitations of researches about newsworthiness, most of them focused on facts as the basis of journalism, and also brings a short survey which demonstrates how journalist's personal action can influence on non-factual subjects.

Key words:

newsworthiness, journalist personal action, non-factual journalism, behaviour articles

Infidelidade e monogamia. Profissões que dão mais prazer do que trabalho. Madrastras amadas por seus enteados. Amigos imaginários na infância. Casamentos longos. A idade do quase: 17 anos, a um passo da maioridade. Quando deixar os filhos pré-adolescentes saírem sozinhos?

As situações acima têm dois pontos em comum: (1) foram tema de reportagens publicadas em 2005, em diferentes veículos jornalísticos, que (2) poderiam ser veiculadas hoje, mês passado ou em cinco anos. O objetivo aqui é focar um segmento crescente no jornalismo – reportagens não-factuais, em especial as de comportamento, que, via de regra, são pautadas por assuntos de suposto interesse do público, impressões da vida cotidiana ou mesmo questões cíclicas e atemporais. Tais temáticas estariam, portanto, em desacordo com o que já foi chamado de “o valor fundamental da profissão [jornalística]”, o imediatismo (TRAQUINA, 2005b, p. 48).

Para Traquina, a pergunta básica a que respondem os jornalistas é: “O que há de novo?”, tendo como resposta um acontecimento, a “unidade de análise privilegiada pelo jornalismo” (2005b, 48), uma perspectiva compartilhada em maior ou menor grau com outros autores (HOHLFELDT, 2001; RODRIGUES, 1993; WOLF, 1995). Assim, tradicionalmente, a abordagem teórica da produção jornalística tem como ponto de partida um fato recente, novo, narrado em uma notícia perecível.

Tal concepção mostra-se cada vez mais redutora ao se observar a diversificação da produção jornalística, que contempla não apenas as reportagens de comportamento, mas também de saúde, beleza, gastronomia, decoração e prestação de serviços – temas

A urgência como alma e fetiche do jornalista convive com outras temporalidades em que o objeto noticiado não é perecível nem o fazer jornalístico resume-se à corrida diária contra o relógio

de larga duração, que têm “vontade de permanência” (FONTCUBERTA, 1993, p. 24).

(...) cada vez aumenta a coexistência nos meios de fatos que, mais que explicar as rupturas ou as incidências de uma normalidade, mostram o desenvolvimento da cotidianidade. (...) A aparição de novas formas de relações familiares, o problema suscitado pela maior expectativa de vida da população e a redução da natalidade, as mudanças nos costumes e mentalidades são temas que aparecem com mais frequência nos meios para responder à exigência do público de entender melhor o significado do mundo que os rodeia. (FONTCUBERTA, 1993, p. 25) (tradução própria)

A urgência como alma e fetiche do jornalista (SCHLESINGER, 1993; TRAQUINA, 1993) convive, portanto, com outras temporalidades em que o objeto noticiado não é perecível nem o fazer jornalístico resume-se à corrida diária contra o relógio (no caso dos suplementos semanais de jornais diários, por exemplo).

Se repetirmos a pergunta de Traquina – “O que há de novo?” (2005b) – tendo em mente as questões descritas no primeiro parágrafo deste artigo, qual seria a resposta? Talvez “quase nada”. Assim, a questão que se impõe é: se não há um acontecimento nem uma novidade expressa, realmente surpreendente e inédita, a serem noticiados (pais sempre regraram as liberdades dos filhos, sempre houve casamentos de décadas, assim como sempre houve traições e diferentes tipos de relacionamentos e afinidades entre madrastras e enteados etc.), o que determina a noticiabilidade desses temas? Que critérios são usados para definir a relevância jornalística de um assunto atemporal?

Por que esses temas e não outros quaisquer?

A intenção é tentar não apenas encontrar algumas pistas para essas questões, mas também entender o que elas revelam acerca do jornalismo hoje e de possíveis limitações dos estudos da produção jornalística, em especial os sobre noticiabilidade. Ao final, busca-se reavaliar a ação pessoal dos jornalistas no exercício profissional.

Notícias acontecem, temáticas também

A notícia e a produção noticiosa já foram estudadas e definidas por diferentes abordagens teóricas. Da teoria do espelho, que concebia a notícia como reflexo da realidade, em que o jornalista apenas reproduz os fatos com total isenção, passou-se a teorias que consideram os diferentes condicionantes internos e externos que influenciam o fazer jornalístico (SERRA, 2000; TRAQUINA, 2005a). Tais pressões e interferências poderiam vir dos valores considerados pelo jornalista na seleção da notícia (o *gatekeeper*¹), do peso da organização e da rotina profissional (organizacional), como no clássico estudo de Breed (1993) sobre o controle social na redação ou, ainda, da interação social entre jornalistas, fontes e sociedade e dos pressupostos narrativos, com mais ou menos poder de negociação do jornalista (construcionista e interacionista) (TRAQUINA, 2005a).

No foco das pesquisas amparadas nessas abordagens, invariavelmente está o acontecimento, que foi definido por Adriano Rodrigues como “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história” e que “quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico” (1993, p. 27). Da mesma forma, as definições de noticiabilidade

também estão ancoradas no acontecimento como marco fundamental da produção jornalística: “conjunto de requisitos que se exige de um acontecimento para que ele adquira existência enquanto notícia” (HOHLFELDT, 2001, p.208) ou “aptidão de um acontecimento para ser transformado em notícia” (WOLF, 1995, p.189). O esforço de trabalho de muitos pesquisadores, portanto, tem sido sistematizar tais qualidades e critérios capazes de distinguir um acontecimento, em seu caráter factual, entre os demais – os seus valores-notícia.

Os valores-notícia seriam os guias da produção das notícias, compartilhados pela classe profissional ou “tribo jornalística”, como chamou Traquina (2005b, p.63). De acordo com o autor, os valores noticiosos formariam hábitos mentais nos jornalistas que se traduziriam em formas de ver o mundo. Os critérios não seriam excludentes, podendo ser combinados para avaliar os acontecimentos, nem seu papel se limitaria à seleção dos fatos, guiando todo o processo produtivo, até a redação e a edição (WOLF, 1995).

Somam-se, então, distintas classificações de valores-notícia, entre as quais citaremos duas. Mauro Wolf (1995) apresentou uma categorização detalhada, que serviu de base ou contraponto crítico para outros autores (FRANCISCATO, 2002; HOHLFELDT, 2001; TRAQUINA, 2005b): os critérios estariam divididos em (a) substantivos (quanto à importância e o interesse da notícia, de acordo com o grau e o nível hierárquico dos envolvidos, o impacto sobre a nação, a quantidade de pessoas que seriam de fato e/ou potencialmente afetadas e ainda a possibilidade de evolução futura da situação); (b) relativos ao produto (quanto à brevidade, atualidade, qualidade e equilíbrio da edição);

¹ Conceito criado por Kurt Lewin, aplicado teoricamente por White (1993).

(c) ao meio (de acordo com a disponibilidade do material visual, formato e freqüência); (d) ao público (à imagem que se tem dele); (e) à concorrência.

Na mesma linha, Traquina (2005b) propõe duas categorias de valores-notícia, os de seleção e os de construção. O primeiro grupo, (a) de seleção, estaria dividido em critérios substantivos (morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, conflito, inesperado, infração, escândalo e notabilidade, sendo esta última a qualidade de ser visível, tangível) e critérios contextuais (disponibilidade, equilíbrio de assuntos na edição, visualidade, concorrência e as demais ofertas do “dia noticioso”). Os valores-notícia (b) de construção são: simplificação (quanto menos ambigüidade, melhor), amplificação, relevância, personalização (estratégia para agarrar o leitor), dramatização e consonância com as narrativas preestabelecidas.

Ambos os exemplos tentam cercar as diferentes situações com as quais o profissional se depara rotineiramente na produção noticiosa: além da seleção do que é relevante, também estão contemplados a busca de informações (quanto à disponibilidade das mesmas), o tratamento dado ao acontecimento veiculado (possibilidade de adequação às técnicas narrativas compartilhadas e recursos de imagens), bem como as pressões mercadológicas (a concorrência, a otimização do tempo). A questão que se impõe, no entanto, não é o detalhamento ou a precisão dos valores-notícia elencados, mas a adequação deste tipo de formulação para pensar o produto jornalístico.

Gislene Silva, ao analisar sistematizações de valores-notícia, destaca que estes, assim como a seleção de notícias, devem ser vistos como “conceitos específicos pertencentes ao

universo mais amplo do conceito de noticiabilidade” (2005)², que abrangeria não apenas a origem dos fatos (onde estariam seleção primária e valores-notícia), como também o tratamento e a visão dos mesmos. No processo noticioso, estariam envolvidos, entre outros fatores, cultura profissional, condições facilitadoras ou limitantes da empresa, relações com fontes e público e, o que nos interessa aqui, até julgamentos pessoais do jornalista. Para a autora, estes e quaisquer outros fatores capazes de interferir na produção noticiosa fazem parte da compreensão da noticiabilidade, o que não impede que os valores-notícia – definidos como atributos dos acontecimentos e reconhecidos como construção social – apresentem-se como referências para operacionalizar análises de acontecimentos noticiados e fatos noticiáveis. Franciscato tem uma posição ainda mais crítica: o autor revisou diferentes categorizações e abordagens para concluir que, mesmo em uma sistematização mais complexa, os valores noticiosos seriam um “recurso redutor de classificação da realidade por meio da acentuação de aspectos isolados de um fato” (2002)³. Dessa forma, como avalia Franciscato, tais guias de reconhecimento não permitiriam avançar para uma teoria, oscilando entre a suposição de ferramentas operacionais dos jornalistas (critérios de noticiabilidade) e qualidades intrínsecas aos acontecimentos (os valores noticiosos).

Franciscato põe esses dois pontos em discussão: uma vez que se julga a teoria do espelho ingênua por defender que os jornalistas apenas reproduzem a realidade, cabe aceitar a objetividade de qualidades inerentes e identificáveis dos acontecimentos como definidoras de sua relevância? Na perspectiva construcionista, segundo o autor, não apenas os valores-notícia, mas a “potencial

² *Anais do NP de Jornalismo do XXVIII Congresso Brasileiros de Ciências da Comunicação, Intercom 2005.*

³ *FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade, Rio de Janeiro, Compós, 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2002/franciscato2002.doc>*

capacidade do jornalista de intervir na condução de seu trabalho” (2002)⁴ concorreriam com outros condicionantes sócio-culturais – as interações com a comunidade e os grupos de interesse e o contexto em que se está inserido. Não se poderia, portanto, atribuir a posição de causalidade aos valores noticiosos, mas talvez de consequência (FRANCISCATO, 2002).

O autor, então, formula o que chama de “dimensões da noticiabilidade” buscando em vez de categorias rígidas, compreender as mesmas como “construções sociais de modos de vivenciar esta experiência no cotidiano na vida pública” (FRANCISCATO, 2002)⁵. O resultado são cinco proposições, cada uma composta de duas qualidades em pólos opostos, que contemplariam entre elas as demais possibilidades: (a) atualidade e distanciamento do tempo presente – do imediatismo à possibilidade de o sentido de presente ser definido à revelia do tempo cronológico em determinadas situações e contingências sociais; (b) continuidade e ruptura – em que tanto pequenas alterações na seqüência natural dos fatos quanto uma interrupção da mesma podem ser noticiadas; (c) normalidade e anormalidade – que repete um pouco o anterior ao destacar tanto os padrões do que é normal quanto o que é desviante; (d) importância e interesse – da informação obrigatória e útil àquela de entretenimento; (e) proximidade e distância – que aborda a complexidade da dimensão espacial e das relações sociais e culturais aí contidas.

Frente a esse panorama, voltamos mais uma vez às situações descritas no primeiro parágrafo deste texto. Em quais dos três modelos propostos melhor se enquadrariam? A infidelidade e a monogamia, por exemplo: se houvesse uma pesquisa recente com nú-

meros surpreendentes e reveladores (o que por si só configuraria um acontecimento factual), combinaria diferentes valores-notícia propostos por Wolf (1995), como quantidade de pessoas envolvidas, atualidade e disponibilidade do material. Se fosse exclusiva, levar-se-ia em conta ainda o efeito sobre a concorrência. O mesmo valeria para classificação proposta por Traquina (2005b): haveria conflito, inesperado, notabilidade (uma pesquisa é tangível), disponibilidade, amplificação, relevância e até dramatização e personalização (se fossem encontrados personagens representativos das estatísticas apresentadas).

A questão é que é comum encontrar pautas de comportamento e de outros temas atemporais publicadas em suplementos de jornais e em revistas em que as pesquisas, não necessariamente atuais, apenas reforçam a relevância do tema escolhido em vez de *provocar* a pauta. Há conflito, dramatização, personagens, mas não obrigatoriamente *novidade* ou *acontecimento factual* – pontos centrais nos estudos de noticiabilidade. Não à toa, há temas que se repetem com regularidade sem nem mesmo um gancho factual (a abordagem do assunto em uma novela, por exemplo) para justificar sua publicação. Prova também de que os jornalistas podem conferir atualidade ao produto veiculado (FRANCISCATO, 2000; WOLF, 1995).

Analisando-se o modelo proposto por Franciscato (2002), o tema recorrente infidelidade e monogamia, por exemplo, poderia definir sua atualidade a partir da polêmica inerente ao assunto, pela relevância da argumentação dos especialistas e das histórias narradas e também pelo contexto em que está inserido (um suplemento

⁴ FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade, Rio de Janeiro, Compós, 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismo/compos/doc2002/franciscato2002.doc>*

⁵ FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *op. cit.*

feminino, por exemplo), dirigido supostamente a um público interessado em relacionamentos afetivos e sexuais. A noticiabilidade da reportagem também poderia ser definida por a infidelidade romper com a norma (a monogamia) e a continuidade (de um relacionamento que é feito para durar) e/ou ainda ser enquadrada como tema picante, de entretenimento.

A formulação de Franciscato atenderia mais adequadamente, portanto, à análise de um tema atemporal – principalmente pela flexibilidade admitida no quesito atualidade. Entretanto, não temos aí a solução. Seja a combinação de valores noticiosos mais estanques (como os de Traquina e Wolf), seja a proposta menos rígida de Franciscato, fica ainda em aberto em que ponto do processo um aspecto da vida privada e corriqueira (no caso, a infidelidade) é escolhido entre tantos outros para merecer caráter público. Em resumo, quando e de que forma uma dimensão do cotidiano, atemporal ou de larga duração, ganha *status* de acontecimento midiático. Se os valores-notícia e as dimensões de noticiabilidade explicitam sua adequação (ou não) às concepções do que pode ser noticiado, conseguirão também explicar o que leva a tratar deste tema neste momento, com este enfoque, uma vez que nem sempre há aparentemente um acontecimento, *release* ou pesquisa que, no linguajar jornalístico, sirva de gancho para sua publicação? Há valores-notícia facilmente identificáveis nas situações do cotidiano? Na ausência de causalidades externas recentes, como surgem estas pautas de *dentro para fora* das redações? Têm de ser descobertos, percebidos, imaginados, criados? A partir de quê?

A notícia de interesse humano daria mais liberdade ao profissional na escolha do fato e no tratamento do texto, dada a subjetividade dos valores-notícia implicados

O papel dos jornalistas

No texto *A teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico*, Luiz Gonzaga Motta (1997) pergunta-se por que fatos simples, sem importância política, como uma urubu-fêmea que chocou ovos de galinha ou o enterro de um vira-lata em uma cidade do interior, ganhavam destaque em jornais sérios. Depois de uma breve avaliação sobre algumas sistematizações de valores-notícia, o autor reconhece que na seleção desses acontecimentos pesa o atributo inusitabilidade. Mas, em seguida, ele afirma que a vida cotidiana é feita de muitos avessos, que ocorrem diariamente com muitas pessoas, em diferentes lugares, sem se transformarem em notícia. Estaria em jogo um outro condicionante para que estes fatos banais fossem transformados em fatos-notícia: “a sensibilidade e a inventividade do jornalista” (MOTTA, 1997, p. 313). A chamada notícia de interesse humano, até por ser julgada como entretenimento (e, assim, supostamente um tipo menor de jornalismo), daria mais liberdade ao profissional na escolha do fato e no tratamento do texto, dada a subjetividade dos valores-notícia implicados.

Assim, na seleção deste tipo de acontecimento conta muito a arbitrariedade da escolha do jornalista. E esta arbitrariedade que introduz então uma terceira variável na conformação da notícia (além dos atributos do fato em si e das exigências da natureza do trabalho jornalístico): a construção que o jornalista faz do real. (...) Enquanto em outras notícias o fato se faz escolher, aqui o fato a ser relatado é cuidadosamente escolhido (MOTTA, 1997, p. 313-31400)

A conclusão a que chega Motta interessa

aqui para pensar o objeto de estudo proposto: o jornalismo não-factual. Da mesma forma que o caráter leve e divertido convencionalmente atribuído às notícias de interesse humano autoriza a arbitrariedade e a subjetividade do jornalista, a ausência do fato, por mais corriqueiro que este possa ser, pode ampliar a liberdade de ação pessoal do jornalista nas diferentes etapas do processo produtivo. Partindo desta hipótese, um levantamento⁶ realizado em junho de 2005, e apresentado em congresso da área naquele mesmo ano, é retomado rapidamente aqui para ilustrar as possibilidades de ação pessoal do jornalista sobre a definição de noticiabilidade de temas atemporais. Na ocasião, foi rastreada a origem de 36 pautas publicadas no suplemento *Meu Filho*, do jornal *Zero Hora*, que trata de comportamento, especificamente de questões de pais e filhos⁷. Foram avaliadas as reportagens publicadas em 20 edições do caderno⁸ por meio de entrevistas com a equipe diretamente envolvida na definição das pautas (editor e repórter): solicitava-se a eles, entre outras questões, que reconstituíssem a trajetória de cada matéria, apontando a partir do que ou de quem havia surgido. Verificou-se, assim, que 26 reportagens (o equivalente a 72,3%)⁹ surgiram a partir de conversas informais ou reuniões de pauta. Destas, 10 (38,5%) foram concebidas a partir de relatos de experiências vividas pelos jornalistas que atuam ou atuaram no caderno (na edição, revisão ou diagramação) e de colegas de outros setores do jornal; 5 (19,25%) foram pensadas para atender a datas de referência (como volta às aulas); 5 (19,25%) para integrar projetos institucionais da empresa (que promoveu no ano de 2005 uma campanha sobre a importância da educação das crianças no âmbito familiar);

3 (11,5%) se originaram de leituras que interessaram aos jornalistas e 3 (11,5%) por experiências relatadas por amigos destes profissionais.

No centro de todas essas situações, estava um jornalista baseado na própria experiência ou na de seus pares (colegas de trabalho, familiares e amigos) para definir que temas poderiam ser interessantes para outros pais. Um dado curioso que reforça esta percepção é o fato de o caderno, que se destina a pais de filhos de zero a 14 anos, publicar mais matérias sobre crianças de até nove anos, justamente a faixa etária dos filhos dos jornalistas que mais sugeriam pautas a partir de situações vividas em família.

Percebe-se aqui, primeiramente, uma correspondência entre a agenda pessoal dos jornalistas e a agenda da mídia, considerando-se que hoje pesquisas ancoradas na hipótese do agendamento (*agenda setting*) ampliaram sua linha de ação também para o que pauta os emissores (MCCOMBS & SHAW, 2000). Apesar do pequeno alcance do levantamento descrito, que não permite conclusões definitivas, percebem-se pistas para pensar a influência da experiência vivida e compartilhada pelos jornalistas no âmbito privado e sua visão de mundo no julgamento da noticiabilidade de uma determinada temática – o que não exclui a presença de valores-notícia ou dimensões da noticiabilidade para avaliá-la. O que está em relevo aqui é que, na ausência de um acontecimento basilar, de *releases* ou sugestões de fontes e leitores, os jornalistas (em interação com suas famílias, amigos e ambiente em que estão inseridos) podem determinar, principalmente a partir das próprias experiências, as pautas relevantes ou até mesmo inspirá-las.

⁶ Levantamento apresentado no NP de Jornalismo na Intercom 2005.

⁷ Caderno *Meu Filho*, do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre. O suplemento de quatro páginas e circulação semanal apresenta reportagens e dicas de como os pais podem melhor educar seus filhos.

⁸ No período de 7 de fevereiro a 13 de junho de 2005, buscando-se uma amostra representativa dentro das possibilidades de os jornalistas lembrarem-se de como cada pauta havia surgido.

⁹ Das demais pautas, 6 (16,7%) foram sugestões de leitores por e-mail ou telefone e 4 (11%) foram sugestões de fontes ou assessorias de imprensa;

Não se trata aqui de simplesmente recuperar a teoria do *gatekeeper* (WHITE, 1993), que já teve suas limitações apontadas por diferentes autores (GOMIS, 1997; HOHLFELDT, 2001; TRAQUINA, 2005a; WOLF, 1995), muito menos desqualificar ou ignorar os demais condicionantes da produção noticiosa já estudados, como as pressões da organização (BREED, 1993; MOLOTCH, 1993; SOLOSKI, 1993; GALTUNG & RUGE, 1993), do tempo (TRAQUINA, 1993; SCHLESINGER, 1993), das fontes, os “definidores primários” (HALL et al, 1993) e do público, bem como o peso das condições econômicas e políticas. A proposta é reconhecer a importância da ação pessoal do jornalista como mais um desses condicionantes e que seu grau de influência parece aumentar no caso de notícias de interesse humano e reportagens atemporais.

Voltando agora ao exemplo dado da reportagem sobre infidelidade e monogamia, não significa necessariamente que quem pauta o assunto vive ou tenha vivido esta situação; mas que este é um tema que *the* parece importante e que, no decorrer do processo, adequou-se às rotinas de trabalho e à “personalidade social” do veículo (HALL et al, 1993, p. 232), teve a aprovação dos superiores, estava de acordo com a imagem que se tem do público etc.

De acordo com Franciscato (2002), a produção jornalística oscila entre um trabalho mais individual (autoral) e coletivo: o jornalista atuaria tanto de acordo com seus valores e postura perante o mundo e a sua profissão quanto ao compartilhar normas e valores da cultura profissional, submetido à hierarquia da organização. Sobre esta questão, Sonia Serra (2004)¹⁰ acrescenta que “se os dados empíricos em muitos casos

demonstram que quantitativamente a influência individual dos jornalistas não tem um maior impacto, o fato de que essa possa provocar alguma influência é qualitativamente relevante”. Ao reconhecer a ação pessoal dos jornalistas, Serra destaca em especial as diferenças na abordagem de um mesmo fato, em decorrência da maneira como cada um encara a profissão e a responsabilidade social que assume. A partir disso, cita estudo de Shoemaker e Reese¹¹ sobre como a formação, as características pessoais e demográficas (de gênero, preferência sexual, identidade, ao que a autora acrescenta classe) e a maneira como os jornalistas encaram seu papel influenciam o conteúdo de seu trabalho. Em outro texto, de 2000, Serra destaca ainda que o peso da ação pessoal do jornalista varia de acordo com sua posição na escala hierárquica da empresa e que estes profissionais, da mesma forma que as audiências, são influenciados pelas condições econômicas culturais e políticas vigentes mas também utilizam o senso crítico para reagir a essas pressões.

Outros autores enfocam justamente o processo inconsciente da produção jornalística. Robert Darnton (1995) e Motta (2000) chegam a trazer o mesmo exemplo: a recorrência da notícia sobre o menino que teve a bicicleta roubada, para mostrar que temas e acontecimentos noticiados fazem parte de uma narrativa muito maior, ancorada nas fábulas, na tradição oral e nos mitos. A isto Darnton chamou o “elemento arcaico no jornalismo” (1995, p. 95): o menino inocente que economizou para comprar a bicicleta (mocinho) frente aos valentões insensíveis (vilões).

Avaliando o papel do jornalista como contador de história, Bird e Dardenne chegam a dizer que os valores-notícia do jornalismo

¹⁰ SERRA, Sônia. Relendo o gatekeeper: notas sobre condicionantes no jornalismo. São Bernardo do Campo, Compós, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2004/soniaserra2004.doc>

¹¹ SHOEMAKER, P.e REESE, S. D. Theories of influence on mass media content, Austin: Longman, 1996.

pretensamente objetivo, algo intrínseco aos acontecimentos, seriam “códigos culturalmente específicos de contar histórias” (1993, p. 268). Ou, nas palavras de Darnton, as matérias jornalísticas precisam caber em “concepções culturais prévias relacionadas com a notícia” (1995, p.96). Embora a ênfase aqui seja mais a narrativa e os enquadramentos jornalísticos (quem são, por exemplo, os mocinhos e vilões da história? O que é normal e o que é desvio?), vale refletir o quanto “a notícia transcende os fatos, transcende a arbitrariedade pessoal do repórter e de seus dogmas profissionais para chegar mesmo na subjetividade da mitologia arcaica” (MOTTA, 2000)¹².

Há uma interlocução entre os textos de Motta, de 1997, que definiu a subjetividade na seleção de notícias de interesse humano, e de 2000, anteriormente citado. No primeiro, ele defende que a notícia emerge da articulação entre o enunciador jornalista, com sua carga de arbitrariedade, e a matéria-prima da produção noticiosa, o fato real, alertando para a complexidade deste processo, cujo produto final é uma representação da realidade, que se aproxima do mito. No segundo, ele parte desta premissa para destacar o processo inconsciente de construção e narração das histórias veiculadas a partir de imagens culturais compartilhadas: em ambos os textos a recriação do real aproximaria os códigos textuais e de interpretação do jornalismo à ficção. À medida que se privilegia a análise da narrativa, é inegável que se atribuirá ao ato de contar histórias influência para também determinar o que se encaixa ou não nos formatos universais e, assim, mais atrativos e acessíveis ao público.

Ao avaliar os estudos de noticiabilidade,

Franciscato reconhece que esta perspectiva auxilia a fundamentar a existência de valores-notícia como personificação, dramatização e simplificação narrativa, mas critica que “tais contribuições, no entanto, acabam reduzindo o fenômeno jornalismo a uma construção cultural cujas qualidades são semelhantes a outros produtos culturais como as obras ficcionais” (2002)¹³.

É interessante inserir as matérias de comportamento nessa discussão. Por geralmente não serem pautadas por um acontecimento específico, essas reportagens obrigatoriamente só avançam além das teses e números de especialistas e adquirem concretude com histórias de personagens que ilustrem o tema abordado. O levantamento feito no suplemento *Meu Filho*, do jornal *Zero Hora*, mostrou, por exemplo, que temáticas eram selecionadas ou descartadas a partir da possibilidade de encontrar bons *cases*. O amigo imaginário na infância é abstrato até ter uma mãe para narrar como seu filho falava sozinho e contava suas peripécias ao lado de um companheiro de brincadeiras invisível. Portanto, a narrativa e a possibilidade de enquadrar assuntos em histórias com personagens, enredos e conflitos são determinantes na construção deste gênero de reportagens atemporais – o mesmo vale para dramatização. Sob este ponto de vista, retomando a crítica de Franciscato (2002), as matérias de comportamento muitas vezes se assemelham, sim, a produtos ficcionais: histórias emocionantes, títulos chamativos, depoimentos em primeira pessoa, fotos produzidas para ilustrar o texto. No entanto, concordamos com o autor que essa explicação não dá conta de todo o processo.

A hipótese aqui é que esses fatores como

¹² MOTTA, Luiz Gonzaga. A psicanálise do texto: a mídia e a reprodução do mito na sociedade contemporânea. *Anais do 9º Encontro anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. IX Compós. Porto Alegre, 2000.*

¹³ FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. Rio de Janeiro, Compós, 2002.* Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismo-compos/doc2002/franciscato2002.doc>

os demais valores-notícia (e, como já foi dito, todos os tipos de pressões que atuam no exercício jornalístico) concorrem ou somam com a experiência pessoal na hora de definir que contornos do cotidiano e da vida privada são dignos de serem noticiados. Referenda-se aqui a conclusão do breve levantamento sobre a origem de pautas do suplemento *Meu Filho*: na ausência de fatos a serem selecionados, os jornalistas podem buscar na própria vida, na sua visão de mundo e na sua rede de relações a matéria-prima de seu trabalho. A julgar que a notícia sobre um acontecimento ao ser veiculada constitui um meta-acontecimento (RODRIGUES, 1993), nas reportagens de comportamento esses profissionais transformariam as temáticas das próprias experiências vividas e compartilhadas em meta-acontecimentos: o jornalista que não sabia se deveria ou não deixar o filho pré-adolescente pegar ônibus sozinho, e sugeriu este tema como pauta do suplemento, estava dando origem a um acontecimento midiático (a discussão sobre o grau de liberdade que deve ser concedido a pré-adolescentes) que pode (ou não) ter repercutido em outras famílias.

Considerações finais

A tirania do tempo e a organização da rotina estão na base dos estudos sobre produção jornalística. A partir dessa premissa, são comuns as críticas de que os jornalistas apresentam os fatos desvinculados de seu contexto ou são levados a privilegiar acontecimentos a problemáticas (PHILLIPS, 1993; TRAQUINA, 1993). O que se pretendeu mostrar é que essa regra tem exceções e que também os estudos sobre a produção noticiosa parecem mais focados nos

Deslocar o olhar para as reportagens atemporais permite evidenciar de forma mais contundente as fragilidades de alguns mitos inerentes à profissão

acontecimentos do que nas problemáticas abordadas na imprensa.

Deslocar o olhar para as reportagens atemporais permite não apenas uma análise mais aprofundada de um segmento crescente do jornalismo (FONTCUBERTA, 1993), mas também evidenciar de forma mais contundente as fragilidades de alguns mitos inerentes à profissão. As notícias de interesse humano “negam o que há de mais sagrado na atividade profissional do jornalista: a neutralidade” (MOTTA, 1997, 317) ao evidenciar a arbitrariedade da seleção dos acontecimentos corriqueiros. Da mesma forma, a ausência de fatos no jornalismo atemporal explícita não apenas a impossibilidade de isenção como também pode revelar a vida e a visão de mundo do jornalista como inspiração das temáticas noticiadas.

A falta de um acontecimento basilar que determine a pauta talvez ponha ainda mais em xeque o conhecimento que os jornalistas têm de seu público, que poderia servir de guia para pensar que questões são relevantes o suficiente para serem noticiadas. Vale perguntar qual o papel do receptor na construção de pautas feitas para, em síntese, ensiná-lo a como viver com melhor qualidade de vida, qual a melhor forma de criar seus filhos ou conduzir seu casamento. Como questiona Fontcuberta (1993): o conteúdo dos meios é resultado das demandas do público ou o público demanda o que os meios oferecem? A hipótese defendida por alguns estudiosos é de que os jornalistas escrevem mais para a comunidade em que estão inseridos e seus superiores do que para a audiência (DARNTON, 1995; TRAVANCAS, 1993; WOLF, 1995). Ao estudar um jornalismo que comumente chama o leitor de *você*, oferecendo modos de vida e definindo

ostensivamente o que é normalidade e o que é desvio, esta discussão torna-se ainda mais importante.

Se os jornalistas que atuam na produção de matérias de comportamento se deixam pautar em boa parte pelo ambiente em que vivem e interagem, isso restringiria as temáticas abordadas a um determinado universo. Radicalizando esta perspectiva, seria mais difícil serem pautados assuntos que não fazem parte do cotidiano destes profissionais: desta forma, a influência pessoal do jornalista não ajudaria apenas a definir quais os assuntos relevantes, mas também quais as temáticas ausentes.

Sobre a autora

Patrícia Rocha, jornalista e mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Referências

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert. W. Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. IN: TRAQUINA, Nelson. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P.263-277.

BREED, Warren. Controlo social na redacção. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P.152–166.

FONTCUBERTA, Mar de. *La noticia. Pistas para percibir el mundo*. Barcelona, Paidós, 1993.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A atualidade no jornalismo*, Porto Alegre, Compós, 2000. URL : <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2000/franciscato2000.doc>

_____. *Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade*, Rio de Janeiro, Compós, 2002. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2002/franciscato2002.doc>

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P. 61–73.

GHOMIS, Lorenzo. *Teoría del periodismo. Como se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1997.

HALL, Stuart, et al. A produção social das notícias: o muggin nos media. IN: TRAQUINA, Nelson. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P. 224 – 248.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org). *Teorias da comunicação – Conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. P. 187 – 240.

MCCOMBS, Maxwell E; SHAW, Donald L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento; vinte e cinco anos no mercado das idéias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *O poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

MOLOTCH, Harbey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P. 34–51.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (org). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo, 15, 1997.

_____. *A psicanálise do texto: a mídia e a reprodução do mito na sociedade contemporânea*. Anais do 9º Encontro anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. IX Compós. Porto alegre, 2000.

PHILLIPS, Barbara E. Novidade sem mudança. IN: TRAQUINA, Nelson. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P.326-331.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson. (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P.177–190.

SERRA, Sônia. *Relendo o gatekeeper: notas sobre condicionantes no jornalismo*. São Bernardo do Campo, Compós, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2004/soniaserra2004.doc>

SILVA, Gislene. *Valores-notícia: atributos do acontecimento (Para pensar critérios de noticiabilidade)*. Anais do NP de Jornalismo do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom 2005

SILVA, Patrícia Rocha da. *A ação pessoal dos jornalistas na noticiabilidade das reportagens de comportamento: a gênese de pautas no caderno Meu Filho, do jornal Zero Hora*. Anais do NP de Jornalismo do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom 2005

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson. (org). *Jornalismo:*

questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Ltda, 1993. P.91–100.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P 27 – 33.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P.167–176.

_____. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005b.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.

WHITE, David Manning. O Gatekeeper: uma análise de caso na seleção das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Ltda, 1993. P. 142–151.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.